

## METAS POPULARES PARA O ESTADO DE SÃO PAULO INTRODUÇÃO

*A Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo, tendo em vista as eleições deste ano e atenta às reais demandas para o Estado de São Paulo, solicitou a movimentos e pastorais sociais que indicassem o que deve ser priorizado, no Estado, como política pública, dentro de suas respectivas áreas de atuação. Pretendeu-se, desta forma, ir além da discussão sobre em quem votar; queremos encaminhar aos candidatos/as propostas vindas da população que promovam a diminuição da desigualdade. Somamos as respostas que obtivemos ao conteúdo disponibilizado por grupos em vista das eleições – material para informação, formação e qualificação do debate com o objetivo de apresentar aos candidatos/as demandas do povo paulista.*



### 1. O QUE FAZEM O GOVERNADOR E OS DEPUTADOS ESTADUAIS?

Quase todo mundo sabe a importância de se escolher um presidente para o país e um prefeito para o município; afinal, a prefeitura é responsável por lugares e serviços que usamos o tempo todo (ruas e praças, creches municipais, postos de saúde e linhas de ônibus), enquanto a presidência trata de assuntos nacionais, como a construção de obras de infraestrutura (aeroportos, portos e rodovias), e delinea a economia do país, definindo, por exemplo, a taxa de juros. O presidente também é responsável pela nomeação de ministros e encaminhamento, para o Congresso Nacional, de projetos de grande impacto na vida das pessoas, como as propostas de reforma trabalhista e da previdência.

Acompanhamos de perto o trabalho do prefeito e dos vereadores nas prefeituras e câmaras municipais das nossas cidades, enquanto assistimos diariamente notícias sobre Brasília, o presidente, os deputados e os senadores.

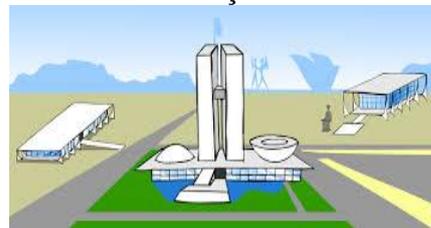
Tanto nos Estados como na União, o poder público no Brasil é dividido sempre entre o

Executivo, o Legislativo e o Judiciário. De uma forma bastante simples dizemos que o Executivo é responsável pela *execução* das leis e programas de governo, e é representado pelo presidente da nação e pelos governadores. O Legislativo é aquele poder que *legisla*, ou seja, é responsável por criar e modificar as leis, uma atribuição dos deputados federais e estaduais. Por fim, o Judiciário é o poder responsável por *julgar*, sendo representado por juízes, desembargadores e ministros. Procuradores e promotores ocupam o Ministério Público, integrando o sistema de Justiça do estado e do país. Enquanto nós votamos para o Executivo e para o Legislativo, não temos direito de votar nos membros do poder Judiciário, ao contrário do que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, em muitos de seus Estados.

Além de votar para presidente, senador e deputado federal, neste ano vamos votar também para governador e deputados estaduais. Você já pensou no fazem o governador e os deputados estaduais? Você sabe dizer, por exemplo, o nome de um ou dois dos 94 deputados estaduais do Estado de São Paulo? Consegue lembrar de alguma coisa que eles tenham feito e que tenha sido importante para a sua cidade ou região?

### II. DIVISÃO DE PODERES E DE RESPONSABILIDADES QUEM FAZ O QUE NA POLÍTICA BRASILEIRA

O Brasil é uma república federativa, ou seja: muitos dos deveres e funções do governo do país, desde a construção de escolas e hospitais até a proteção de florestas, são divididas entre os três entes federativos:



União  
(presidente,

senadores e deputados federais), Estados (governadores e deputados estaduais) e Municípios (prefeitos e vereadores). Cada um dos três tem responsabilidades próprias e que podem afetar diretamente as nossas vidas; por isso, é muito importante votar para cada um destes cargos eletivos com a mesma seriedade e o mesmo cuidado, sem a ilusão de que apenas uma boa presidenta ou um bom presidente vai ser capaz de resolver os nossos problemas – tem coisas que o presidente pode resolver e outras que



não pode, porque são responsabilidades do governador ou do prefeito, ou ainda do Congresso Nacional, ou mesmo dos legislativos estaduais e municipais. É muito importante saber qual é o dever de cada um, para podermos cobrar devidamente suas obrigações e para não perdermos tempo cobrando de um o que o outro deveria estar fazendo.

Assim, políticas públicas muito importantes, como de segurança (o controle das polícias civil e militar, assim como de muitas cadeias), transporte (linhas de metrô, ônibus intermunicipais, rodovias estaduais), educação (administração das escolas estaduais) e de saúde (hospitais estaduais, laboratórios, hemocentros) são responsabilidade do governador. Mas, são os deputados estaduais que discutem e definem a cobrança de impostos, como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que pagamos em todas as compras que fazemos. Já o governador tem o dever de representar, diante do governo federal, o Estado que governa, pleiteando recursos ou serviços especiais sempre que necessário. Em cidades grandes como São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, o governador e os deputados estaduais também têm uma importância especial: de tanto crescerem, essas cidades se fundiram com municípios menores e acabam recebendo diariamente milhares de pessoas que, mesmo não morando nelas, a frequentam para trabalhar, fazer compras, passear, etc. – e a responsabilidade pelo transporte entre as cidades maiores e menores, seja pela construção de linhas de metrô ou de trem, ou pela administração das linhas intermunicipais, não é dos municípios isoladamente, mas do governo do Estado.

### III. A POLÍTICA É RESPONSABILIDADE SUA



O Brasil vive um momento difícil, de muita descrença na nossa política e na nossa democracia. Muitas vezes ficamos esperando uma solução mágica cair do céu, ou um grande herói nacional que dê um jeito em

tudo o que está errado. Só que na política é como na vida: não adianta cruzar os braços e esperar que



alguém resolva nossos

problemas.

É conversando com a família, com vizinhos e amigos, nas comunidades, igrejas, sindicatos e movimentos sociais; é entendendo o que nós precisamos e sabendo como e onde o governo deve atuar; é pressionando os políticos para que de fato cumpram o seu papel de servidores do povo; é participando de conselhos de direitos e temáticos, é assim que vamos conseguir um país justo, democrático, honesto e com trabalho, saúde, educação, transporte, moradia, segurança e meio ambiente capazes de garantir vida digna para todos e todas. E é por isso que a escolha de um candidato para governador/a e para deputado/a estadual é tão importante quanto à escolha do presidente da república e dos deputados/as federais: afinal, um estado governado em função do bem comum, só poderá trazer benefícios para os/as que nele moram e trabalham e também para todo o país. Podemos dizer que um terço do governo do Brasil exercida nos municípios, outra terça parte do governo vai estar sob responsabilidade dos governadores e deputados estaduais, e a terceira parte do governo será exercida pelo/a presidente da república e pelos deputados/as federais e senadores/as. E, apesar de todos os entraves de nosso sistema eleitoral, a responsabilidade da escolha dos candidatos/as e do voto é sua.

### IV. O VOTO NÃO É UM CHEQUE EM BRANCO

Sabe-se que o poder e o dinheiro podem corromper. No caso dos cargos eletivos do poder público, há, porém um fato que nunca devemos esquecer: os políticos só são eleitos por causa do nosso voto. Quando esquecemos disso, transformamos o voto em uma espécie de cheque em branco:

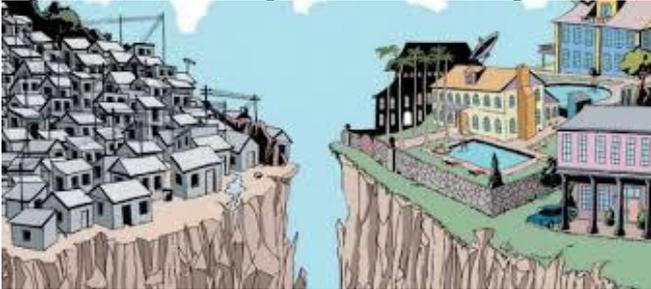


votamos em um candidato que, uma vez eleito, faz o que quiser. E sem a nossa pressão e reivindicações, mesmo os políticos mais bem intencionados podem tornar-se presas fáceis de todo tipo de *maracutaia*, ou sentir-se no direito de tratar como sendo deles o que na verdade é nosso: a nossa cidade, o nosso Estado e o nosso país. É por isso que não adianta só votar: depois de escolher um candidato/a e elegê-lo/a, precisamos acompanhar suas ações o tempo inteiro, cobrando posições e atitudes

coerentes com a plataforma de campanha eleitoral. Esse controle social dos nossos representantes pode e deve melhorar!

## V. UM PAÍS ONDE UNS SÃO MAIS IGUAIS DO QUE OS OUTROS

A Constituição Federal “Cidadã” de 1988 diz que todos são iguais perante a lei; porém, 30 anos depois de sua promulgação, o Brasil segue sendo um país extremamente desigual, onde 1% da população brasileira mais rica concentra, em riqueza, o mesmo que os 50% mais pobres, ou



seja: enquanto magnatas possuem coleções de carros de luxo e jatinhos particulares (comprados muitas vezes com dinheiro sujo), metade do povo brasileiro segue ganhando menos do que um salário mínimo, sem ter acesso a escolas e hospitais de qualidade. Os mais pobres também são, proporcionalmente, os que mais pagam impostos no Brasil, sendo taxados por cada saco de pão e litro de leite que compram no mercado. Já os mais ricos têm aqui o privilégio de poder guardar dinheiro longe de qualquer cobrança e, ao contrário do que acontece na maioria dos países mais ricos, não são devidamente taxados pelas heranças que recebem, ou pelas grandes fortunas que acumulam. Conforme noticiam os jornais, apesar da crise e do desemprego, diretores de bancos tiveram em 2017 aumentos de até 34% nos seus rendimentos.

Mas a desigualdade vai além do dinheiro: por falta de acesso à saúde pública e de qualidade, à água limpa e a sistemas de esgotos, moradores de bairros mais pobres tem uma expectativa de vida até 20 anos menor do que moradores de bairros mais ricos. Ou seja: simplesmente por terem nascido e viverem num determinado lugar, as pessoas são automaticamente condenadas a ter uma vida mais curta. O quadro é ainda pior quando consideramos a violência do crime e mesmo das polícias, que não raro perseguem e matam jovens negros das periferias das cidades, simplesmente por estes serem negros e pobres. Enquanto isso, os ricos têm condições de morar em lugares vigiados por seguranças privados e

instalar em suas casas câmeras, cercas e tudo o mais que consideram necessário para proteção. Até mesmo a educação e as oportunidades no Brasil são profundamente desiguais. Enquanto os filhos dos ricos podem pagar por escolas particulares e garantir uma vaga em universidades, os filhos dos trabalhadores são muitas vezes obrigados a frequentar escolas públicas com salas lotadas, professores mal pagos e em péssimas condições de infraestrutura. Como resultado, acabam tendo menos chances no mercado de trabalho, ou mesmo de realizar seus sonhos profissionais. E mesmo entre os que conseguem, as desigualdades permanecem: pessoas negras seguem recebendo salários menores do que pessoas brancas, e as mulheres ainda ganham menos do que os homens.

## PRIORIDADES PARA O ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DAS VOZES DOS MOVIMENTOS E PASTORAIS

### SEGURANÇA



*Pastoral Carcerária*

<http://carceraria.org.br/>

- ✓ Suspender qualquer verba voltada para a construção de novas unidades prisionais ou de internação.
- ✓ Limitar ao máximo as prisões cautelares; reduzir penas e descriminalizar condutas, em especial aquelas relacionadas à política de drogas.
- ✓ Ampliar as garantias da execução penal e abrir o cárcere para a sociedade.
- ✓ Proibir totalmente a privatização do sistema prisional.
- ✓ Combater a tortura; desmilitarizar as polícias e a vida.

## MORADIA



*Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste 1*  
Site/facebook/contato [mstleste1@terra.com.br](mailto:mstleste1@terra.com.br)

- ✓ Retomar o Programa Estadual de Mutirões.
- ✓ Criar um Conselho Estadual das Cidades.
- ✓ Destinar, no mínimo, 1% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para habitação social.

## SAÚDE



*Movimento Popular de Saúde*  
[fred\\_slima@yahoo.com.br](mailto:fred_slima@yahoo.com.br)

- ✓ Criar controle social em todos os equipamentos de Saúde do Estado;
- ✓ Reorganizar as Redes de Atenção à Saúde de acordo com o Decreto 7.508 de junho de 2011, o qual regulamenta a Lei 8080 de 19 de setembro de 1990.
- ✓ Reorganizar a regulação no estado de forma descentralizada pelas Redes de Saúde, com Administração Direta.

## CAMPO E MEIO AMBIENTE



*Associação Brasileira da Reforma Agrária*

<https://webmail.uolhost.com.br/compose?to=abranacional@gmail.com>

- ✓ Combater a priorização do projeto agroexportador, controlado pelo capital externo e voltado à produção de bens primários para exportação, as 'commodities'.
- ✓ Elaborar políticas protetivas das terras para os povos do campo, das águas e das florestas, assim como para aquelas áreas com finalidades de preservação ambiental.
- ✓ Impedir a configuração de um regime fundiário plenamente desregulado e com níveis elevadíssimos de dependência externa.
- ✓ Barrar a internacionalização de: 1) Terras destináveis à exploração agropecuária; 2) Reservas minerais; 3) Campos petrolíferos do pré-sal; 4) Mananciais de água.
- ✓ Garantir o respeito ao direito social, ambiental e étnico na exploração econômica da natureza, conforme a definição que recebem nos regimes fundiários: 1) Das terras destináveis à exploração econômica, sujeitas aos limites da função social e ambiental (Arts. 184-186/CF); 2) Das terras étnicas destinadas à reprodução de culturas ancestrais (Indígena – Art. 231/CF e Quilombola – ADCT – Art. 68); 3) Das terras contínuas destinadas à proteção ambiental (Parques e Reservas Naturais – Art. 226/CF).
- ✓ Proteger: a) O ambiente natural saudável; b) Os direitos ancestrais dos povos da terra; c) O clima planetário; d) A soberania alimentar; e) A soberania territorial do Estado democrático.
- ✓ Impedir a colocação dos territórios de assentamentos de reforma agrária, artificialmente 'consolidados', para receber o título de domínio privado, com o que se os retira da reforma agrária para

inserir-los no mercado.

- ✓ Redistribuir terras para a reforma agrária.
- ✓ Respeitar os direitos ancestrais dos povos da terra.
- ✓ Garantir um abastecimento alimentar diversificado para a população.
- ✓ Fomentar a agricultura camponesa contemporânea, suscetível de oferecer respostas econômico-ecológicas sustentáveis.
- ✓ Defender a soberania territorial face às tentativas de internacionalização mercantil dos recursos naturais.
- ✓ Promover e articular uma política de desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, orientada para o readensamento das cadeias produtivas, com enfoque estratégico para a indústria, as empresas nacionais, a presença no território nacional, a diversidade regional e a geração de emprego de qualidade e com relações de trabalho democráticas.
- ✓ Fortalecer as políticas voltadas para a agricultura familiar, a reforma agrária e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão no campo.

## TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



*Associação Artigo 19*

<http://artigo19.org/>

- ✓ Reformular o Conselho de Transparência do Estado, para que seja um órgão paritário e deliberativo.
- ✓ Publicar os protocolos de atuação dos seguranças do Metrô.
- ✓ Revogar o decreto nº 61.836, que altera o procedimento que determina um documento como sigilo e é contrário aos dispositivos da LAI.

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL



*Pastoral Fé e Política*

[www.pastoralfp.com](http://www.pastoralfp.com)

- ✓ Políticas públicas com caráter redistributivo, favorecendo a redução das desigualdades.
- ✓ Políticas públicas construídas e operadas por meios participativos

## MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA



*Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor*

- ✓ Criar o Conselho Participativo Metropolitano de Mobilidade.
- ✓ Modernizar/ampliar a rede da CPTM e planejar uma rede regional de trens.
- ✓ Implantar faixas exclusivas de ônibus nas áreas urbanas das rodovias estaduais.

**Anexo I - POR ELEIÇÕES  
DEMOCRÁTICAS E ÉTICAS**



*Dom Reginaldo Andrietta, Bispo Diocesano de Jales / 14 de junho de 2018.*

A população brasileira está ansiosa por dias melhores. As insatisfações com a gestão pública, especialmente federal, acumulam-se. A reprovação popular ao atual governo é altíssima. Alguns setores demandam soluções antidemocráticas. Por isso, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sua Mensagem ao Povo Brasileiro, no último dia 17 de abril, lançou um apelo ao bom senso, afirmando a importância da normalidade democrática para superar a crise institucional vigente – portanto, eleições diretas e limpas.

A CNBB diz que “é imperativo assegurar que as eleições sejam realizadas dentro dos princípios democráticos e éticos para que se restabeleçam a confiança e a esperança tão abaladas do povo brasileiro”. É evidente que as eleições, por si só, não garantirão novos rumos ao país, sobretudo se a classe trabalhadora se tornar menos ainda representada no Congresso Nacional. Por isso, os cidadãos, especialmente da classe trabalhadora, têm o desafio de participar nessas eleições, conscientes das implicações de suas escolhas.

Mas restam preocupações. Além do desconhecimento da população sobre os reais propósitos e compromissos dos partidos políticos e seus candidatos, as eleições parecem resumir-se ao executivo. O legislativo, no entanto, é de suma importância, sobretudo o Congresso Nacional. Por isso, diversas organizações democráticas lançaram uma grande mobilização nacional chamada “Um Novo Congresso”, que está alertando os cidadãos sobre a importância de estarem atentos, também, aos candidatos a deputados e senadores.

“Nosso horizonte é a Constituição de 1988”, diz

seu manifesto, compreendendo por isso “um Brasil justo, igualitário, democrático e respeitoso dos direitos humanos”, bem como “um governo ético e não de oportunistas gananciosos; uma administração pública avessa à corrupção; políticas públicas visando elevar os níveis de vida e de participação das grandes majorias, de exercício da iniciativa e da soberania popular nas decisões, de proteção de nossos recursos naturais e de inserção soberana no concerto das nações”.

A soberania do país está realmente em questão. O governo atual, respaldado pela maioria dos congressistas, submeteu o país aos interesses de grandes grupos econômicos. A privatização de setores estratégicos da economia, em favor de empresas estrangeiras, são exemplos desse “entreguismo”. A adoção de juros elevados e a redução de dinheiro em circulação afetam negativamente a produção, o consumo, o emprego e as políticas sociais. Os recursos supostamente economizados são canalizados ao setor financeiro.

Para que? Para pagar a dívida pública. Como? O Estado entrega títulos da dívida pública a seus credores, especialmente bancos estrangeiros, pagando-lhes juros sobre juros. Isso é o mesmo que usar um cartão de crédito para cobrir outro cartão de crédito. Essa dívida representa este ano 87% do Produto Interno Bruto e 45% do orçamento da Nação. Isso é um absurdo para um país com enorme necessidade de desenvolvimento econômico e social.

Como mudar esse mecanismo perverso? A “Auditoria Cidadã da Dívida Pública” é um primeiro passo. O Congresso atual resiste em fazê-la. Um “Novo Congresso”, comprometido com um Brasil verdadeiramente democrático, poderá afrontar esse e outros desafios. Como conseguir esse Congresso e novos rumos para o país? Haveria melhor opção do que escolher candidatos que realmente lutam em favor da classe trabalhadora, cobrar coerência em suas atuações e orar para que Deus nos mantenha fiéis nessa mesma luta?

**Anexo II - CARTA DO FÓRUM DAS PASTORAIS SOCIAIS, SETOR DE MOBILIDADE HUMANA E ORGANISMOS DA CNBB**



03/08/2018 - Ação Social Transformadora

Aconteceu de 31/07 a 03/08 o Fórum Nacional da Pastoral Social, Organismos e Setor Mobilidade Humana que integram a Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O encontro contou com as presenças de coordenações nacionais, articulações dos fóruns regionais de pastoral social, bispos referenciais e assessores.

O objetivo da atividade foi refletir sobre o momento sócio-político e eclesial; partilhar e avaliar a caminhada das articulações regionais e coordenações das pastorais sociais e rever, à luz do documento sobre “Considerações Éticas sobre Economia e Finanças”, os desafios pastorais atuais.

No primeiro dia o Francisco Botelho, da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, e dom Reginaldo Andrietta, bispo da diocese de Jales e referencial da Pastoral Operária, abordaram, a partir da escuta dos participantes, uma análise da realidade política, social, economia e eclesial. No campo político-econômico-social, o assessor destacou o cenário de retiradas de direitos, retorno e aumento de situações de fome no Brasil, de modo especial no Nordeste. “Todo esse contexto não é isolado de uma realidade que acontece no mundo, no campo da política e da economia, com o capital financeiro”, disse.

Dom Reginaldo Andrietta destacou a nota da CNBB sobre as Eleições de 2018 que trata da carência de políticas públicas consistentes: “raiz de graves questões sociais, como o aumento do desemprego e da violência que, no campo e na cidade, vitima milhares de pessoas, sobretudo, mulheres, pobres, jovens, negros e indígenas” (...) “perda de direitos e de conquistas sociais”.

O bispo reforçou que o Papa Francisco diz em sua Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, que as pessoas que vivem suspeitando do compromisso social dos outros, considerando-o mundano e comunista, cometem erros nocivos. Nessa exortação, ao enfatizar a importância da defesa da vida do nascituro ele dá igual importância à vida dos pobres. Estes, segundo o papa, já nasceram e se debatem na miséria, no abandono, na exclusão, na enfermidade e nas novas formas de escravatura.

O bispo de Jales (SP) e referencial da PO Nacional ressaltou que: “a Igreja tem, portanto, o desafio de desenvolver sua prática pastoral, entendendo que libertação e humanização são intrínsecas à evangelização. Se “é para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5,1), nossas ações devem ser emancipadoras, ou seja, ajudar as pessoas a pensarem e agirem por elas mesmas, construindo de forma coletiva e participativa um projeto de sociedade na qual todos vivam em Cristo, como novas criaturas”.

O Economista Guilherme Delgado destacou o preocupante lucro dos bancos enquanto o países vivem em crise econômica e desemprego. Sobre esse tema abordou as declarações de papa Francisco sobre o atual sistema econômico e financeiro a partir do documento o dinheiro deve servir, não governar. As articulações das Pastorais Sociais dos regionais também partilharam seus desafios e avanços. Muito regionais da CNBB estão iniciando uma articulação das pastorais sociais recentemente.

6ª Semana Social Brasileira – No segundo dia, os participantes deram suas opiniões sobre o processo da 6ª Semana Social Brasileira, a partir das perguntas: Qual a opinião do Regional a respeito de uma 6ª Semana Social Brasileira? Quais as motivações para a realização da 6ª Semana Social Brasileira? Qual deveria ser o período e duração de sua realização (ano de início e término)? Qual deveria ser o tema a nortear a 6ª Semana Social Brasileira? Qual a melhor metodologia a ser usada? Que frutos esperamos?

Para além dessa contribuição, os regionais da CNBB devem responder essas perguntas com suas pastorais e bispos para que, após sistematização, sejam apresentadas ao Conselho Permanente e posteriormente submetidas à votação na 57ª Assembleia da CNBB em 2019. Além pastorais, a 6ª SSB também envolve organizações da sociedade civil, de modo especial os movimentos sociais que atuam em parcerias com as Pastorais Sociais, universidades e outros setores da

sociedade.

Foi apreciado novamente o Plano Trienal da Comissão, com destaque para os seminários de incidência política que estão acontecendo em alguns regionais da CNBB. Os regionais que já realizaram os seminários partilharam as experiências vividas e desdobramentos nas bases. Foi destaque no encontro também o processo de preparação ao Sínodo dos bispos para a Amazônia, em 2019, a partir das ações realizadas pela Repam. Um grande desafio, a partir da apresentação da Repam, é o de envolver outras regiões brasileiras que não integram o território amazônico, como Sul, Sudeste, Nordeste, neste processo. O fórum produziu, ao longo da atividade, duas mensagens: a) Um carta do Fórum sobre o momento e conjuntura atual; b) e uma nota de solidariedade à Igreja em Roraima e de repúdio à intolerância e à xenofobia.

*Por Jardel Lopes, coordenação da Pastoral Operária Nacional*

**CARTA DO FÓRUM NACIONAL DAS PASTORAIS SOCIAIS, SETOR DA MOBILIDADE HUMANA E ORGANISMOS**



Brasília-DF, 03 de agosto de 2018

AST – Nº. 0410/18

*“A verdade e o amor se encontrarão, justiça e paz se abraçarão” Salmo 85, 11*

As Coordenações Nacionais e Articulações Regionais das Pastorais Sociais e Organismos, o Setor da Mobilidade Humana, os Bispos referenciais regionais e nacionais e os Bispos da Comissão Episcopal Pastoral para Ação Social Transformadora da CNBB, reunidos no Fórum Nacional, durante os dias de 31 de julho a 3 de agosto de 2018, no Centro Cultural de Brasília, para refletir sobre o momento atual, partilhar a caminhada à luz do magistério da Igreja e identificar desafios para ação. E neste sentido,

manifestamos nossa preocupação com o agravamento da situação social do Brasil.

São gritos que escutamos: desemprego de mais de 13 milhões de trabalhadores e trabalhadoras; volta do Brasil ao mapa da fome; precarização das relações trabalhistas; ampliação de pessoas em situação de rua; aumento das violências, vitimando principalmente jovens negros e mulheres, e assassinatos nas áreas urbanas e rurais; desrespeito aos direitos e territórios dos povos originários e comunidades tradicionais; vulnerabilidade de migrantes e de refugiados; transferência de quase metade das receitas federais para rolagem da dívida pública; destruição dos biomas e contaminação das águas, provocadas pelo agronegócio e pela mineração legal e ilegal; falta de atendimento às necessidades básicas na saúde, educação, assistência social, habitação, mobilidade, segurança pública, entre outras. Todos estes gritos são ataques à vida, diante dos quais não podemos calar!

O clamor dos pobres e marginalizados chega aos céus. Isso exige que nós não nos calemos diante das injustiças, e nos unamos em orações e em ações que enfrentem essas situações de morte para anunciar a esperança que aponta para o resgate da democracia com efetiva participação do povo.

A luta legítima contra a corrupção tem sido instrumentalizada para interromper o acesso dos empobrecidos aos seus direitos constitucionais. É inaceitável que esferas do Poder Judiciário atuem de forma parcial, perseguindo setores da política brasileira, criminalizando a participação nas lutas e nos movimentos sociais, promovendo prisões políticas e expressando uma “politização da justiça”. Repudiamos a atuação do Congresso Nacional brasileiro quando, fechado aos anseios populares e de suas organizações, aprovou legislações que impõem perda dos direitos trabalhistas e sociais e, quando não consegue se resolver, recorre ao judiciário, “judicializando a política”. Ficamos indignados e indignadas com as ações do Executivo Federal que diuturnamente toma iniciativas para favorecer os poderosos do país e se aliou aos donos do dinheiro internacional, para privatizar estatais, como Petrobrás e Eletrobrás, e entregar as riquezas nacionais como o Pré-Sal, a Base de Alcântara, além de imensos territórios na Amazônia e no Cerrado.

O Papa Francisco nos incentiva a sermos “Igreja em saída”, comprometidos com a Ecologia Integral, e a CNBB, por meio do Ano Nacional do Laicato, nos convoca a reafirmar a importância da

política. É por meio dela que se pode promover o bem comum. Sabemos que política se faz no cotidiano, mas neste ano eleitoral, precisamos ter um papel mais ativo, enquanto mulheres e homens cristãos. Por isso, chamamos as pessoas de boa vontade a denunciarem e a não votarem nos deputados federais e senadores que foram a favor da PEC da Morte (congelamento por 20 anos dos investimentos em políticas públicas, Emenda Constitucional nº 95/2016), à Terceirização e à Reforma Trabalhista. Também não podemos apoiar ou votar em candidatos que ataquem os Direitos Humanos e defendam o “uso das armas” como solução para os problemas sociais. É preciso esclarecer sobre a importância e responsabilidade com o voto, que é dever, mas também direito conquistado. Lembremos que abstenções, votos nulos ou brancos, mesmo em grande quantidade, não cancelam o resultado das eleições.

As eleições são uma oportunidade para que os cristãos leigos e leigas possam promover debates e apoiar candidaturas que nasçam das comunidades, com uma trajetória de compromisso com as lutas por direitos do povo, que tenham propostas que apontem para a inclusão social dos mais pobres e excluídos; priorizem a defesa da vida humana, em todas as suas etapas, e da mãe-natureza; lutem pela igualdade de direitos entre homens e mulheres; defendam os direitos humanos, principalmente das crianças, dos adolescentes, dos jovens, das pessoas idosas e dos encarcerados; lutem pelo reconhecimento dos territórios dos Povos Indígenas, quilombolas, ciganos e comunidades tradicionais; tenham compromisso com a Reforma Agrária, habitação popular e com os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Temos esperança que podemos resgatar a democracia nestas eleições, mobilizando para auditoria da dívida pública e firmando também o trabalho de base, para o qual nos motiva o Sínodo para Amazônia. Percebemos ainda que, mesmo com a manipulação das informações pela mídia brasileira e pelas “fake-news” (notícias falsas) circulando nas redes sociais, a população brasileira demonstra sua opinião livre, reconhecendo as trajetórias de lutas e compromissos com a vida do povo.

Que nossa Mãe Aparecida interceda junto à Trindade Santa, pelo povo brasileiro, para que possamos resgatar a democracia, vencer a tentação da intolerância e dialogar sempre para anunciar o Reino de Deus, sendo “sal da terra e luz do mundo”.

*Dom Guilherme Antônio Werlang, MSF*

*Bispo de Lages/SC*

*Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora/CNBB*

**UM NOVO CONGRESSO.  
É NECESSÁRIO.  
É POSSÍVEL.  
E VAI SER PELO VOTO.  
PELA JUSTIÇA SOCIAL E PELA  
DEMOCRACIA.**

Um outro Congresso é urgentemente necessário. A atual maioria parlamentar, constituída no

Congresso Nacional por meios espúrios, está impondo ao país um enorme desvio da vontade nacional, expressa na Constituição de 1988 e em todas as eleições do século XXI. Ao mesmo tempo, protege um governo que afunda

na corrupção. Isso acontece porque o atual Congresso Nacional não representa a maioria do povo brasileiro. Não representa os pobres, os negros, as mulheres, os jovens, os indígenas, as minorias discriminadas. O Congresso Nacional deveria ser o povo legislando por meio de seus representantes, fiscalizando por meio de seus representantes. Mas está dominado por bancadas que defendem outros interesses, contrários aos da maioria do povo brasileiro. Somos cotidianamente escandalizados com o volume dos recursos públicos usados pelo governo para obter as decisões do atual Congresso, em vez de destiná-los ao atendimento das prementes necessidades sociais. As sessões do Congresso, transmitidas pela televisão, desnudam o baixo nível ético e político da grande maioria de seus integrantes, desacreditando a própria atividade política. É importante eleger um Presidente da República comprometido com a justiça social e a democracia. Mas nenhum Presidente da República, seja quem for, conseguirá governar a serviço do povo se o Congresso não o representar. Um outro Congresso é possível. Em 7 de outubro de 2018, voltam para nossas mãos o direito e o poder de escolher, pelo voto, os dirigentes políticos do Brasil. Não podemos perder essa



oportunidade. Temos que romper os feudos eleitorais que há décadas vêm assegurando a reeleição dos mesmos profissionais da política ou os substituindo por seus filhos e parentes. Temos que impedir o domínio dos votos pela máquina dos cabos eleitorais instalados nas Prefeituras, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas Estaduais. Nosso horizonte é o da Constituição de 1988: um Brasil justo, igualitário, democrático e respeitoso dos Direitos Humanos; uma sociedade pacífica, solidária e em aliança com a natureza e a sustentabilidade; uma economia voltada para o atendimento das necessidades humanas e para a redução das desigualdades; um governo ético e não de oportunistas gananciosos; uma administração pública avessa à corrupção; políticas públicas visando elevar os níveis de vida e de participação das grandes majorias, de exercício da iniciativa e da soberania popular nas decisões, de proteção dos nossos recursos naturais e de inserção soberana no concerto das nações.

[www.umnovocongresso.org.br](http://www.umnovocongresso.org.br)